



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638633 - GO (2021/0001437-7)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : WELDER DE ASSIS MIRANDA E OUTRO
ADVOGADOS : JOSÉ DOS REIS FILHO - GO019005
WELDER DE ASSIS MIRANDA - GO028384
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (Processo n. 5563573.43.2020.8.09.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente e foi denunciado como incurso no art. 157, § 2º, II e § 2º-A, I, do Código Penal.

O impetrante sustenta a falta de fundamentação idônea para a manutenção da prisão preventiva, a ausência dos requisitos legais que autorizam a prisão cautelar e o risco para a saúde do paciente em caso de contaminação pelo novo coronavírus.

Requer, em pedido liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente.

Subsidiariamente, requer a substituição da medida extrema por medidas cautelares diversas da prisão ou, ainda, a concessão de prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre

de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou o inequívoco enquadramento do paciente no grupo de vulneráveis à covid-19, fato imprescindível para a aplicação do disposto na Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente